

QUAL LÍNGUA? E QUAL ITÁLIA?

DA LINGUÍSTICA À POLÍTICA NOS ESCRITOS DE GRAMSCI SOBRE O ITALIANO PÓS-UNIFICAÇÃO¹

Yuri Brunello²

RESUMO: Concebido pelo Gramsci dos *Cadernos* como um conjunto “de classes subalternas e aliadas”, o povo “italiano” – constituído como povo pelos componentes das classes “dominantes” – teria sido excluído de um sistema linguístico e cultural desde o processo de Unificação nacional, ou seja, uma língua que seria a língua de um círculo restrito de diplomatas, de nobres, de comerciantes, de literários e de políticos. De acordo com Gramsci, a tarefa dos intelectuais progressistas e democráticos seria a de sanar esta fratura, tornando as classes populares protagonistas não apenas economicamente e politicamente, mas também e, sobretudo, culturalmente.

Palavras-chave: Gramsci. Linguística. Unificação italiana.

UMA PREMISSA: A LÍNGUA UNITÁRIA NO PENSAMENTO DE GRAMSCI

Gramsci observa em várias ocasiões, em seus *Cadernos do cárcere*, como do Renascimento ao século XX se difunde e se eleva a cânone, no nosso País, uma língua que é a língua de um círculo restrito de diplomatas, de nobres, de comerciantes, de literários e de políticos. Concebido pelo Gramsci dos *Cadernos* como um conjunto “de classes subalternas e aliadas”, o povo “italiano” – constituído como povo pelos componentes das classes “dominantes” – foi excluído de tal sistema linguístico e cultural desde o processo de Unificação nacional. De acordo com Gramsci, a tarefa dos intelectuais progressistas e democráticos é a de sanar esta fratura, tornando as classes

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.04.p43>

¹ Traduzido do original em italiano por Érica Salatini.

² Atualmente é Professor da Universidade Federal do Ceará. Graduado em Letras pela Università di Genova, obteve seu título de Mestre em Cultura e sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), após defender dissertação sobre as relações intertextuais entre a produção de Nelson Rodrigues e a de Luigi Pirandello. Organizou a edição italiana dos escritos de Gramsci sobre Pirandello (*La smorfia più che il sorriso*. Roma: Castelvechi, 2017).

populares protagonistas não apenas economicamente e politicamente, mas também e, sobretudo, culturalmente.

Não se deve esquecer que, no pensamento gramsciano, a questão da cultura e da língua se apresenta como uma questão que não se pode separar nunca das mais gerais concepções estéticas, filosóficas e políticas. Não por acaso se lê nos *Cadernos*:

Sempre que aflora, de um ou outro modo, a questão da língua, significa que se está impondo uma série de outros problemas: a formação e a ampliação da classe dirigente, a necessidade de se estabelecer relações mais íntimas e seguras entre os grupos dirigentes e a massa popular-nacional, o que significa reorganizar a hegemonia cultural (2007, p. 2346; a tradução em português deste e dos próximos trechos dos *Cadernos* é de Marcos del Roio).

Este é o ponto de vista predominante nos *Cadernos*, compostos por Gramsci na prisão, entre 1929 e 1935. Um ponto de vista sintetizado, de modo eficaz, por Palmiro Togliatti – secretário do Partido comunista italiano até 1964 – no sintagma apresentado como emblema do “gramscismo” pós-bélico e como bandeira de certa política cultural sustentada no pós-guerra pelo Pci: “os intelectuais e a organização da cultura”. A tarefa dos intelectuais, na verdade, para o Gramsci dos *Cadernos*, não consiste apenas em difundir a cultura, mas em forjar, por meio da cultura, um novo corpo social, guiado pelas classes populares e coagulado em torno das classes subalternas.

Todavia, Gramsci nem sempre manteve a mesma posição. Ao contrário, nos artigos jornalísticos juvenis, nas notas políticas ou nas crônicas teatrais dos anos de 1910, a concepção gramsciana parecia bem diferente: do ponto de vista da teoria da linguagem, pode-se afirmar, sem exageros, que a ruptura efetuada nos *Cadernos* tenha sido radical.

GRAMSCI COM ASCOLI CONTRA MANZONI

Como o estudioso canadense Peter Ives agudamente descobriu, as ideias sobre a linguagem que Gramsci explicita em alguns artigos de 1918 – artigos dedicados à temática da maior ou menor necessidade do emprego do esperanto como linguagem “internacionalista” –, por mais que acolha sugestões e estímulos provenientes da neolinguística do ascoliano Matteo Bartoli, seu professor na Universidade de Turim, apresenta uma marca crociana. Uma marca que estará completamente ausente nas reflexões sucessivas sobre a linguística explicitadas nos *Cadernos*. Eis como Ives, a

propósito do idealismo juvenil de Gramsci, comenta a ideia expressa no artigo *A língua única e o Esperanto*, de acordo com a qual é “a língua em si e por si expressão de beleza mais que um instrumento de comunicação” (1993, p. 48). Esta última frase, escreve o estudioso norte americano, “resume ideias importantes seja de Croce, seja de Ascoli. Que a qualidade estética da linguagem pese mais que o seu potencial comunicativo é claramente uma opinião crociana” (2004, p. 31).

A polêmica sobre o esperanto era vivaz no interno do Partido Socialista Italiano, no qual Gramsci militava ativamente durante os anos de 1910. Questionava-se se não era melhor para a classe operária adotar uma língua única – justamente o esperanto – de modo a tornar a comunicação internacional entre trabalhadores assalariados de realidades geográficas diferentes mais ágil e configurar uma língua “global” de classe. A rejeição que Gramsci opunha ao esperanto adquiria uma espessura, em primeiro lugar, ascoliana. Impossível, sustenta Gramsci, prescindir do “substrato” – um dos conceitos fundamentais da doutrina linguística de Ascoli – que informa cada língua em seu modo de produção concreto. Não obstante, ao lado de elementos da teoria da linguagem inferida por Croce e, sobretudo, por Ascoli, no raciocínio de Gramsci, podem se destacar outros pontos, de natureza simplesmente linguística, cultural ou política.

É ainda Ives, em um artigo dedicado ao *global English*, a deixar entrever uma ligação entre o idealismo crociano e a teoria – assim como a prática – econômica do liberalismo. O estudioso norte americano observa que:

No início de 1918, Gramsci considera as razões econômicas e de classe que estão na base do desejo de uma linguagem “global”. Ele se mostra crítico em relação a uma perspectiva “cosmopolita”, do momento em que esta pressupõe desigualdade cultural e de classe. O pensamento de Gramsci, em 1918, *parece* ainda se basear na rejeição da intervenção do Estado no planejamento linguístico. Aqui, Gramsci *parece* reduzir a crescente difusão da língua ao desenvolvimento econômico e ao mercado integrado. É *como se* Gramsci aceitasse, em 1918, a ideia que a “difusão linguística” [...] é “natural” ou, no máximo, determinada pela economia (2010, p. 49).

Franco Lo Piparo, pioneiro, ao lado de Luigi Rosiello, nos estudos sobre Gramsci linguista, também insistiu sobre este ponto. Para Lo Piparo, que, todavia, isola excessivamente o liberalismo de Gramsci da estratégia socialista, à qual este é funcional, “o Gramsci dos artigos sobre o esperanto é um socialista que fala a linguagem do liberalismo europeu, um antiestadista, talvez um pouco ingênuo e

certamente idealista, que sustenta que a intervenção dos aparelhos estatais seja inútil e ineficaz ou até mesmo nociva” (2010, p.132).

Já em 1917, a tática do liberalismo, usado em função antimonopolista, parecia a Gramsci uma solução politicamente mais eficaz, tanto que, no artigo *Três princípios, três ordens*, publicado na revista “La Città Futura”, o pensador sardo declarava que “o programa liberal integral tornou-se o programa mínimo do Partido Socialista” (2004, p. 79). Ao tratar o tema da cultura e da língua nascida mediante o processo de unificação, ao evocar a polêmica entre Ascoli e Manzoni, toma nitidamente posição a favor do primeiro. Gramsci afirma:

Manzoni se põe a questão: como se pode criar a língua italiana, agora que se fez a Itália? E responde: é necessário que todos os italianos falem o toscano, é necessário que o Estado italiano recrute os professores primários na Toscana: o toscano substituirá os numerosos dialetos falados nas várias regiões, e feita a Itália, estará feita também a língua italiana. Manzoni consegue ganhar apoio no governo, consegue começar a publicação de um Novo dicionário que deveria conter a verdadeira língua italiana. Mas o Novo dicionário ficou pela metade, e os professores foram recrutados entre as pessoas cultas de todas as regiões da Itália. Aconteceu que um estudioso da história da linguagem, Graziadio Isaia Ascoli, às centenas de páginas de Manzoni, contrapôs coisa de trinta páginas para demonstrar: nem mesmo uma língua nacional pode ser suscitada artificialmente, por imposição do Estado; que a língua italiana se está formando por si mesma, e se formará só enquanto a convivência nacional tenha suscitado contatos numerosos e estáveis entre as várias partes da nação; que a difusão de uma língua particular se deve a atividade produtora de escritos, de tráficos, de comércio dos homens que falam aquela língua particular. Os toscanos no século XIV e no século XVI tiveram escritores como Dante, Boccaccio, Petrarca, Maquiavel, Gucciardini, que difundiram a língua toscana, tiveram banqueiros, artesãos, manufatureiros que levavam a todo Itália os produtos toscanos e os nomes desses produtos; depois se restringiu a produtividade de mercadorias e de livros e assim também a produtividade da língua (1975, p. 202; a tradução em português deste trecho, publicado no jornal *Il Grido del Popolo* do 16 de fevereiro 1918, é de Marcos del Roio).

DO LIBERISMO AO MATERIALISMO HISTÓRICO

Nos *Cadernos*, o quadro muda radicalmente. Em relação às crônicas, às contribuições jornalísticas, aos artigos culturais polêmicos, os *Cadernos* apresentam um horizonte totalmente diverso. Conforme Carlo Briganti, nos artigos dos anos de 1910, é apenas em forma de dica e pistas, é somente com traços de uma tensão moral – à qual, por vezes, se deixa apenas entrever e, por outras, emerge com nitidez – que se pode

encontrar um evidente “desprendimento gradual que o jovem Gramsci vai efetuando pelos esquemas da estética crociana” (1971, p. 197).

Um primeiro afastamento das posições liberistas acontece em 1919, quando Gramsci publica o artigo intitulado *Einaudi ou sobre a utopia liberal* escrito que, como evidencia Luca Michellini, delineia-se como:

uma espécie de manifesto programático em que Gramsci, apoio da consolidação da Revolução russa e posto diante dos problemas do pós-guerra italiano, denuncia o caráter não apenas conservador – para retomar a terminologia de *Três princípios, três ordens* – da utopia liberal, mas sobretudo o seu caráter reacionário, tanto no plano nacional como no internacional (2008, p. 191).

Nos *Cadernos*, Gramsci abandona definitivamente, também em termos de políticas linguísticas, a perspectiva baseada no liberismo, fazendo-se defensor de um papel ativo do Estado no processo de planificação da língua e chegando a teorizar, dentro do possível, o que ele chama de intervenção organizada da parte do Estado:

Porque o processo de formação, de difusão e de desenvolvimento de uma língua nacional unitária ocorre através de todo um conjunto de processos moleculares, é útil ter consciência de todo o processo no seu conjunto, para estar em condição de nele intervir ativamente com o máximo de resultado. Essa intervenção não precisa ser considerada como “decisiva” e imaginar que os fins propostos serão todos alcançados nos seus particulares, que se obterá uma *determinada* língua unitária, se essa é uma necessidade, e a intervenção organizada acelerará os tempos do processo já existente (2007, p. 2345).

Pode-se pensar numa espécie de retorno a Manzoni, por parte de Gramsci, em detrimento de uma primitiva adesão às ideias de Ascoli? O que é certo é que uma das grandes novidades dos *Cadernos* consiste no fato de que a estética gramsciana acaba por se reunir em torno de um princípio chave: o da estreita conexão entre ideologia, política e economia. Isto pressupõe uma consequência não pouco importante: o fato que a política (entendida também como esfera prática, mas, sobretudo, como âmbito da sociedade civil, na qual operam técnicos, intelectuais, artistas) possa desenhar o perfil da realidade social. É justamente Gramsci, na nota 11 do *Caderno 10*, a indicar um desperdício sobre este ponto, em relação ao sustentado nos escritos realizados nos tempos das crônicas:

Em fevereiro de 1917, numa breve anotação que precedia a reprodução do escrito de Croce *Religione e serenità* (cfr *Ética e Política*, pp. 23-25), então publicado na “Crítica”, eu escrevi que como o

hegelismo havia sido a premissa da filosofia da práxis no século XIX, nas origens da civilização contemporânea, assim a filosofia crociana poderia ser a premissa pra uma retomada da filosofia da práxis nos dias de hoje, para as novas gerações. A questão era apenas esboçada, em uma forma decerto primitiva e certissimamente inadequada, porque naquele tempo o conceito de unidade de teoria e prática, de filosofia e política não era clara para mim e eu era tendencialmente mais crociano (2007, p. 1233).

Prova disso é o fato que, nos *Cadernos*, concepções como sociedade civil e sociedade política aparecerão distintas “metodologicamente” e não mais “organicamente”. Tratar-se-á de uma verdadeira reviravolta. Gramsci observa neste momento – também em polêmica com as posições assumidas na primeira fase da própria produção – que entre os teóricos do liberismo

se afirma que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas como na realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam, deve-se notar que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzido e mantido pela via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins e não a expressão espontânea, automática do fato econômico (2007, p. 1590).

RAZÕES DE UMA REVIRAVOLTA: “OS INTELLECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA”

Nos *Cadernos*, resumindo, Gramsci abandona secamente a perspectiva liberal. Tal mudança na visão gramsciana de sociedade não é determinada apenas pelas leituras, encontros decididos em nível estritamente intelectual ou o contato com novos sistemas filosóficos. A explicação deve ser buscada em experiências concretas, marcadas pelo fogo vivo da história. Entre os anos do jornalismo e os anos da prisão, de fato, Gramsci participa, ora diretamente, ora indiretamente, de alguns dos eventos mais relevantes da história do século XX. Dificilmente uma personalidade sensível e aguda como a de Gramsci permaneceria inalterada diante de uma sequência de eventos dramáticos tão fechada. O filósofo Domenico Losurdo explicou isso muito bem na sua monografia dedicada aos anos juvenis de Gramsci. De fato, Losurdo observou que:

reside aqui o fascínio de uma evolução e de uma biografia intelectual que, a partir dos dramáticos acontecimentos históricos (o primeiro conflito mundial; a revolução e a explosão da primeira etapa da guerra, fria e quente, contra a Rússia soviética; o processo de radicalização ideológica e política do movimento operário no Ocidente; o despertar dos povos coloniais e as ambições imperiais persistentes

das grandes potências liberais; o advento do fascismo) aprofunda e radicaliza a crítica do liberalismo e matura, em todos os níveis, a passagem ao comunismo (1997, pp. 33-34).

Para ilustrar melhor como Gramsci chega – na leitura da Unificação italiana no plano da questão da língua – a esta progressiva recuperação do “manzonismo”, pode ser-nos útil percorrer rapidamente alguns eventos culturais particularmente significativos na vida de Gramsci e essencial na compreensão do modo em que e porquê se consuma a ruptura com o idealismo dos anos de 1910 e o liberismo juvenil.

Em 1922, Gramsci se transfere para a Rússia para participar como dirigente da Terceira Internacional, antes de se transferir, por alguns meses, para Viena, de onde voltará para a Itália, em 1924. Embora a estadia russa de Gramsci seja marcada por um intenso trabalho e pela internação na clínica em que conhece a mulher, Giulia, Gramsci não permanece indiferente à vida cultural russa. Existe uma carta, escrita de Viena em 2 de abril de 1924, em que Gramsci conta ao intelectual Zino Zini, de Turim, sobre a sua estadia na União Soviética, nos seguintes termos: “o espetáculo quotidiano que tive na Rússia, de um povo que cria uma nova vida, novos costumes, novas relações, novos modos de pensar e de se colocar todos os problemas, hoje me faz ser mais otimista sobre o nosso país e o seu futuro” (1992, p. 312). Gramsci fica encantado e se mostra atualizado sobre os progressos obtidos na Rússia, não somente no âmbito da organização social e econômica, mas também no contexto da vida cultural. Alessandro Carlucci também mostra isso:

Gramsci deixa Turim em 1922 e vive na Rússia entre junho daquele ano e o final de novembro de 1923, e depois, ainda, em março-abril de 1925. Entretanto, podemos dizer que, até alguns anos atrás se sabia pouco sobre o período russo da vida de Gramsci. Frequentemente este período era reduzido somente à permanência em um sanatório de Moscou (onde Gramsci, enquanto se recuperava de uma exaustão física e mental, conheceu Eugenia Schucht e aquela que tornar-se-ia sua mulher: Giulia, irmã de Eugenia). A reconstrução biográfica é agora – ainda que permaneçam grandes lacunas – um pouco mais articulada. Sabemos que Gramsci visitou várias localidades, participou ativamente das atividades da Internacional comunista, interessou-se por propaganda e falou em público, ele mesmo, em várias ocasiões [...]. Aprendeu bem o russo, como se verifica pelo fato que, no fim de 1923, ele era capaz de se dedicar à tradução de um comentário em russo ao *Manifesto* de Marx e Engels [...]. Resumindo, Gramsci parece ter tido contatos intensos – sobre os quais retornaremos – com a vida política e cultural do nascente estado soviético e, por isso, também a possibilidade de se aproximar dos debates técnicos e das escolhas políticas que caracterizaram a obra de planejamento linguístico empreendida pelas novas entidades estatais federativas (a Federação russa, e depois a União soviética) (2010).

Renate Holub também insiste neste ponto:

É possível que Gramsci, de qualquer modo, tenha entrado em contato com as teorias e as experiências teatrais e cinematográficas mais avançadas durante a sua estadia em Moscou (maio de 1922 - novembro de 1923). O período 1922-4, para Moscou, quer dizer anos de tensão e de fervor cultural e teórico: o declínio do Proletkult; Sergei Eisenstein que se prepara para o seu *Encouraçado Potemkin*; Vladimir Maiakóvski com a sua poesia, as suas composições teatrais; o início da revista de esquerda *Lef*. A Moscou destes anos significa também a escola formalista russa com Viktor Chklovsky e os primórdios do estruturalismo russo com Roman Jakobson. Significa a era em que muitos intelectuais soviéticos – como Bakhtin e Voloshinov, para citar só aqueles mais famosos – empreendiam o que eu gostaria de definir como viagens dialético-linguístico-estruturalistas, dedicadas a combinar o sincrônico com o diacrônico nos estudos sobre as operações da consciência e da produção da ideologia e da contraideologia. É possível também que Gramsci tenha vivido a oportunidade de continuar a sua aprendizagem do pensamento “dialético-estrutural” durante a própria estadia em Viena (dezembro de 1923 – maio de 1924) (1992, p. 18).

A citação é longa, mas enfrenta uma questão chave. Assim como o trecho seguinte, retirado sempre do mesmo parágrafo de Holub, a qual observa que:

sem dúvida é possível que Gramsci tenha sido exposto aos discursos teóricos mais avançados sobre as inovações tecnológicas nas artes e sobre as vanguardas do tempo. Trótski, afinal, tinha escrito a ele a propósito do futurismo, e a resposta de Gramsci indica uma visão sofisticada e equilibrada dos limites e das potencialidades deste movimento de vanguarda, conhecido muito bem por Gramsci. As notas carcerárias de Gramsci sobre a arquitetura modernista e sobre a projeção urbana, por exemplo, nas quais ele sustenta um funcionalismo moderado, mais que um radical, considero extremamente interessantes em relação à questão da projeção urbana, assim como era teorizada e parcialmente experimentada em Viena na primeira metade dos anos de 1920. Tais notas o distinguem do funcionalismo mais radical da escola de Gropius [...]. Não é impossível que Gramsci tenha estado a par destas experimentações arquitetônicas de funcionalismo de orientação popular, realizadas por arquitetos progressistas envolvidos na projeção urbana em Viena (1992, p. 19).

Eis em seguida as solicitações culturais, das quais poderia ter se criado a nova teoria gramsciana dos intelectuais, que encontrará uma primeira teorização completa no escrito *Sobre alguns temas da questão meridional*, cujo manuscrito remonta a 1926. Deste momento em diante, de fato, Gramsci focalizará cada vez mais a relação entre cultura e intelectuais, de modo que a visão da cultura como algo de abstrato cederá lugar a uma ideia de cultura entendida como experiência concreta e prática, ligada a um ciclo produtivo particular. Falando em produção, entendemos este termo também em seu

significado econômico. A arte de um período histórico particular, bem como a linguagem por meio da qual esta se articula, está intimamente ligada ao aparato hegemônico que permeia a sociedade civil e a sociedade civil é economia também. O aparato hegemônico é uma articulação “orgânica” da sociedade política: aparato do qual a arte e a linguagem surgem e sobre o qual a arte e a linguagem intervêm. Torna-se difícil, portanto, discordar de Raul Mordenti, quando afirma que o caráter desinteressando da literatura é um preconceito idealístico e que “como já se mostrou claríssimo às vanguardas, mesmo as cartas estão, hoje, cada vez mais inseridas integralmente no capital cognitivo” (2007, p. 229). O mesmo Mordenti, em outro estudo, insiste na valência econômica, produtiva da tarifa do intelectual:

O intelectual orgânico de que fala Gramsci é *exatamente o contrário* do signatário de manifestos ou do artista companheiro que te dá o quadro para a festa de “*Liberazione*” ou que te assina o abaixo-assinado para a libertação de alguém. Esse é, mais do que qualquer outra coisa, o intelectual tradicional que se coloca ao lado da classe operária sem, na verdade, colocar em questão o próprio ser intelectual tradicional. O intelectual orgânico é, ao contrário, aquele que é necessário criar, e é justamente o organizador da classe, o quadro nascido na mesma classe, possivelmente inserido no trabalho produtivo (1998, pp. 51-52).

Alguns anos atrás, Mario Perniola, que se mostrava cético em relação à utilidade e à eficácia dos estudos culturais, principalmente no campo estético, replicava que estes oferecem “abordagens metodológicas mais ágeis e flexíveis do que as tradicionais” (2000, p. 8). O que é certo é que, se os *cultural studies* podem nos ajudar nas pesquisas sobre linguagem e arte, conseguem fazê-lo, em primeiro lugar, graças a uma recorrente preocupação: ao seu constante cuidado, herdado em parte também do marxismo gramsciano, em analisar não apenas que coisa é a arte, mas sobretudo que coisa a arte – enquanto experiência linguística também em *latu sensu* – faz. Como escrevia Gramsci, a propósito da gramática normativa:

A gramática é “história” ou “documento histórico”: essa é a “fotografia” de uma fase determinada de uma linguagem nacional (coletiva) [formada historicamente e em continuo desenvolvimento], ou os traços fundamentais de uma fotografia. A questão prática pode ser: a que serve tal fotografia? (2007, p. 2341-2342).

Trata-se de uma das aulas metodológicas do materialismo histórico, falando justamente do que Gramsci ressalta – em polêmica com o marxismo ortodoxo – o

adjetivo mais que o substantivo, já que “dar ênfase ao segundo termo, ‘histórico’ e não ao primeiro, de origem metafísica” quer dizer fazer coincidir o marxismo com “o ‘historicismo’ absoluto, o mundanismo e a mundanidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história” (2007, p. 1437). A partir daqui, uma estratégia de aproximação da arte volta a considerar o produto estético não apenas por como ele é construído, mas sim – em chave oposta e antagonista em relação ao formalismo abstrato – pelo tipo de relação social de que é parte integrante e pelo tipo de relação produtiva que articula. De fato,

Diversas propriedades físicas (químicas, mecânicas, etc.) da matéria no seu conjunto constituem a matéria ela mesma (a menos que não se recaia em uma concepção do noumeno kantiano) são consideradas, mas só enquanto se fazem “elemento econômico” produtivo. A matéria não é assim de se considerar como tal, mas como socialmente e historicamente organizada pela produção e assim a ciência natural como essencialmente uma categoria histórica, uma relação humana (2007, p. 1442).

É assim que “a eletricidade é historicamente ativa, não como mera força natural (como descarga elétrica que provoca incêndio, por exemplo), mas como um elemento de produção dominado pelo homem e incorporado no conjunto das forças materiais de produção; objeto de propriedade privada” (2007, p. 1444). Peter Ives definiu o materialismo histórico gramsciano provocatoriamente, para evidenciar justamente a “mundanidade” e o “mundanismo”, como “marxismo vernacular” (2004, p. 4). Vale dizer um marxismo que – diferente daquele vulgar e ortodoxo – não isola a linguagem entre as superestruturas e não institui uma separação nítida entre as palavras e as coisas, uma dicotomia entre a linguagem e o mundo “real”. A aproximação de Gramsci da linguagem e da matéria “não pressupõe que estas duas coisas sejam reciprocamente adversas, nem privilegia uma em detrimento da outra” (2004 p. 5), pois “as qualidades da matéria não devem ser vistas como trans-históricas ou eternas, mas como historicamente dependentes das forças materiais de produção” (2004, p. 7). A produção pode ser controlada, planejada, regulada pelo Estado: justamente como Manzoni tentou fazer com a língua da Itália unificada.

REFERÊNCIAS

BRIGANTI, Carlo. *Il problema dell'arte e della letteratura nelle cronache teatrali di Gramsci*. In: Anceschi, Luciano (Org.). *L'idea del teatro e la crisi del naturalismo*. Bologna: Alverini, 1971, pp. 187-97.

CARLUCCI, Alessandro. *Gramsci and Saussure: Similarities and Possible Links*. Isonomia, (Url: <http://www.uniurb.it/Filosofia/isonomia/>), 25/07/2010.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos. Vol. 1, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2007.

_____. *Grammatica e linguistica*. Roma: Editori Riuniti, 1993.

_____. *Lettere 1908-1926*. In: SANTUCCI, Antonio (Org.). Torino: Einaudi, 1992.

_____. *La città futura, 1917-1918*. Torino: Einaudi, 1982.

_____. *Marxismo e letteratura*. Roma: Editori Riuniti, 1975.

HOLUB, Renate. *Antonio Gramsci: Beyond Marxism and Postmodernism*. London-New York: Routledge, 1992;

IVES, Peter. *Gramsci's Politics of Language: Engaging the Bakhtin Circle and the Frankfurt school*, Toronto: University of Toronto Press, 2004.

_____. "Global English" ed educazione. *Insegnamenti gramsciani*. Critica Marxista, n. 3-4, pp. 43-51, 2010.

LO PIPARO, Franco. *Le radici linguistiche del liberalismo gramsciano*. In: POLIZZI, Gaspare (Org.). *Tornare a Gramsci*, Grottaferrata: Avverbi, 2010, pp. 127-138.

LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci dal liberalismo al comunismo critico*. Roma: Gamberetti, 1997.

MICHELINI, Luca. *Antonio Gramsci e il liberismo italiano (1913-1919)*. In: GIASI, Francesco (Org.). *Gramsci nel suo tempo*. Roma: Carocci, 2008, vol. 1, pp. 175-196.

MORDENTI, Raul. *L'altra critica letteraria e l'antropologia filosofica di Antonio Gramsci*. In S. Adamo (Org.), *Culture planetarie?*, Roma: Meltemi, 2007.

_____. *Introduzione a Gramsci*. Roma: Datanews, 1998.

PERNIOLA, Mario. *Chi ha paura degli studi culturali?*. *Ágalma*, n 1, pp. 5-8, giugno 2000.

RECEBIDO EM 23-07-2015

APROVADO EM 26-05-2016